



**Amélia Mingas e a construção de um capítulo da história linguística de Angola:  
breves discussões sobre gênero e o papel da mulher na sociedade angolana**

**Amélia Mingas and the construction of a chapter in the linguistic history of Angola:  
brief discussions on gender and the role of women in Angolan society**

Eduardo Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Brasil)*

**RESUMO**

O presente ensaio tem como objetivo apresentar dois textos produzidos pela linguista angolana Amélia Mingas - “A contribuição das línguas nacionais na alfabetização/promoção da mulher” (2001) e “O pretuguês, o português em/de Angola – “é o problema que estamos com ele”” (2018). Interessa-me, aqui, explicitar como a autora discute o papel da mulher na sociedade de Angola considerando a língua portuguesa e as línguas nacionais que são faladas no país, relacionando, assim, língua e a categoria gênero, mostrando o pioneirismo do trabalho de Mingas ao abordar essa discussão. Desse modo, busco, mesmo que de forma preliminar, apontar como a produção intelectual de Mingas é parte da construção de uma história linguística de Angola, ainda em fase de (re)conhecimento de seus atores e, num espectro mais amplo, como é parte de uma história linguística transatlântica e de uma historiografia linguística decolonial que busca romper com um paradigma tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:**

História linguística transatlântica. Historiografia linguística. Linguística angolana. Gênero. Mulher e sociedade.

**ABSTRACT**

This essay aims to present two texts by Angolan linguist Amélia Mingas: “A contribuição das línguas nacionais na alfabetização/promoção da mulher” (2001) and “O pretuguês, o português em/de Angola – “é o problema que estamos com ele”” (2018). My interest here is to explain how the author discusses the role of women in Angolan society, considering Portuguese and the national languages spoken in the country, thus relating language and the category of gender, demonstrating Mingas's pioneering work in addressing this issue. Thus, I seek, albeit preliminarily, to point out how Mingas's intellectual production is part of the construction of a linguistic history of Angola, still in the process of (re)cognizing its actors, and, more broadly, how it is part of a transatlantic linguistic history and a decolonial linguistic historiography that seeks to break with a traditional paradigm.

**KEYWORDS:**

Transatlantic Linguistic History. Linguistic Historiography. Angolan Linguistic. Gender. Women and Society.

Recebido em 1º set. 2025  
Aceito em 12 nov. 2025

<sup>1</sup> E-mail: eduardo@unilab.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9127-9235>.

O objetivo de meu ensaio é apresentar dois trabalhos de Amélia Mingas: i) a comunicação intitulada “A contribuição das línguas nacionais na alfabetização/promoção da mulher” no âmbito do Workshop sobre Alfabetização e Autonomização da Mulher, ocorrido entre 3 e 7 de setembro de 2001, em Luanda, Angola; ii) o texto “O pretuguês, o português em/de Angola – ‘é o problema que estamos com ele’” (2018). Em específico, trago a temática da relação entre língua e gênero, buscando compreender como a autora aborda o papel da mulher na sociedade angolana a partir dessa relação.

Esse recorte temático é justificado como uma continuidade do que foi apresentado por mim em Santos (2021) e Coelho e Santos (2022). Nestes trabalhos, contextualizamos e analisamos a produção de Mingas como parte de uma história linguística transatlântica e descolonizada, nos termos de Coelho e Finbow (2020). Conforme apontado em Coelho e Santos (2022, p. 2):

O olhar para o domínio transatlântico, que intersecciona percursos históricos, parece potencializar reinterpretações dos modos como temos conduzido os estudos da linguagem e abrir um campo ainda pouco explorado de fenômenos e de correlações instauradas pelos contatos populacionais e linguísticos que nele se deram e se dão.

Ao evidenciar, neste presente texto, mais uma vez, a produção intelectual de uma linguista angolana, aproximo-me da proposta de Coelho (2023, p. 170) sobre uma historiografia linguística decolonial que busca “privilegiar trabalhos com a linguagem elaborados, ao longo da história, por pessoas com corpos e posições geopolíticas desprestigiados pela historiografia canônica”.

Para entendermos, portanto, como Amélia Mingas se insere nesta nova perspectiva decolonial e transatlântica de produção do conhecimento linguístico, é preciso, inicialmente, conhecer Mingas.

Nascida em Angola, na cidade de Luanda, no dia 17 de dezembro de 1940, Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas faleceu em 12 de agosto de 2019, também em Luanda. Mingas fez parte de uma família angolana que atuava em diversas frentes nas áreas da política, da educação, do desporto e da cultura.

Em relação a sua formação, seus estudos primários e secundários foram realizados na capital angolana e, em seguida, obtém sua Licenciatura, no ano de 1981, em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Nos anos de 1987 e 1988, já na França, obtém o título de *maîtrise* (mestrado), respectivamente, em Linguística Geral e Aplicada e em Sociolinguística, pela Universidade de Paris V. Na mesma Universidade, em 1995, termina seu doutorado sob orientação do professor Emilio Bonvini, com o trabalho descritivo da língua iwoyo.

É importante ressaltar que Mingas ocupou importantes postos na administração e direção de órgãos como o Instituto de Línguas Nacionais, em Angola, que surge no contexto pós-Independência; como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, no qual foi diretora executiva e também decana da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto.

Além da Academia, Mingas também teve importante participação na política angolana nas décadas de 1960/1970, em plena efervescência das discussões pró-Independência de Angola. Sendo filiada ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), nos anos de 1966 a 1972, exerceu o papel de coordenadora adjunta da célula do partido em Portugal, onde mobilizava o corpo estudantil para integrar o partido. A autora também teve participação na Luta de Libertação contra as forças armadas portuguesas.

Essa participação feminina na guerrilha pró-Independência é apontada por Santos (2010), especificamente, na nota de rodapé 2, a qual reproduzo parcialmente abaixo:

Tivemos muitas mulheres neste processo de libertação colonial, a começar por Kimpa Vita e Nzinga Mbandi, exemplos da resistência do povo angolano à invasão estrangeira, e Deolinda Rodrigues, Lucrécia Paim, Teresa, Irene Cohen e Engrácia, heroínas da luta de libertação do século XX. Foi também neste período, especificamente em 1962, que foi fundada a OMA (Organização da Mulher Angolana) como uma ala feminina do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. [...]

Não há estimativas do número de mulheres que participavam do exército guerrilheiro da MPLA, mas os testemunhos orais indicam uma quantidade substancial. Como em outras organizações femininas, a liderança da OMA incluía principalmente mulheres educadas com laços familiares fortes ou maritais com a liderança política do partido. Não obstante, a maioria dos membros eram mulheres comuns de todos antecedentes sociais e étnicos, que se envolveram no ativismo político e no trabalho comunitário. Foi neste período também em 1962 que estas mulheres junto com as mulheres de vários países africanos realizaram atividades em alusão a mulher africana e fundaram a Organização Pan-Africana das mulheres (OPM) (Santos, 2010, p. 42).

Embora tenhamos registros da participação direta e ativa da mulher nesse processo de Independência, Oliveira e Severo (2019) nos chamam a atenção para a intelectualidade angolana que, dentro do escopo de uma literatura militante, majoritariamente masculina, invisibilizou essa luta das mulheres sendo raramente retratadas:

Não há muitas representações na literatura angolana de mulheres combatentes ou guerrilheiras. O escritor Pepetela, no romance épico Mayombe (1980), um livro sobre guerrilheiros e a guerrilha do MPLA, transcorrido na floresta do Mayombe em Cabinda, não incluiu nenhuma mulher no pelotão guerrilheiro, todos os guerrilheiros são homens. Ondina, a personagem feminina do romance,

nunca aparece como agente do processo revolucionário e é remetida para o universo dos sentimentos e da sexualidade, contribuindo o escritor para a operação de invisibilidade das mulheres guerrilheiras e confirmando que a guerrilha no MPLA era vista como uma instituição masculina e masculinista (Pereira, 2014, p. 127 *apud* Oliveira e Severo, 2019, p. 133).

Esse episódio da participação feminina na guerrilha e no combate colonial também como protagonistas, mas apagadas pelo grupo que buscava o mesmo ideal, me remete às significações de gênero e de poder e, consequentemente, gênero e política. Embora sem resposta, ao menos de minha parte por ora, me questiono “por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana” (Scott, 1995, p. 93).

Mingas (2001) discutirá esse papel importante da mulher dentro da sociedade angolana ao trazer as línguas nacionais para o debate da alfabetização e da promoção desse grupo. Mas antes, para discutir as línguas nacionais em Angola, é preciso falar sobre o processo de ocupação portuguesa na empreitada colonial iniciada no século XV e, em específico, a situação da língua portuguesa neste espaço.

Angola é um país em que sua população é majoritariamente pertencente ao grupo linguístico banto e, em menor número, falantes do grupo khoisan. O contato dessas línguas com a língua portuguesa insere-se no contexto da ocupação portuguesa no Reino do Congo entre 1482 e 1484 que marcaria o longo processo de interesses econômicos sustentados pelo escravagismo. Se no início do século XVIII a língua portuguesa ainda era minoritária em termos de falantes e veiculação, na outra metade do século os portugueses começarão a interferir na “africanização” da elite afro-portuguesa de Angola impondo, por exemplo, o decreto do governador Sousa Coutinho que enfraquecia o uso das línguas africanas no ensino dos filhos dessa elite (Zau, 2011, p. 95). Esse processo de institucionalização da língua portuguesa em África é uma das faces do colonialismo empreendido pelo império português.

Será no século XIX, no entanto, que teremos a colonização efetiva das províncias portuguesas em África e, junto dessa ocupação territorial em termos populacionais, a divisão social dos africanos em “assimilados” e “indígenas” oficializada pelo “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena”, de 1938, e, em seguida, pelo “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” – Decreto-Lei 39.666, de 20 de maio de 1954. Segundo esse estatuto:

Art. 2º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

A condição de indígena, no entanto, podia ser revertida. No próprio Estatuto, capítulo III, artigo 56, intitulado “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania”, era posto que um dos requisitos para a mudança da condição de indígena para assimilado seria “Falar correctamente a língua portuguesa”. Para Mata (2019, p. 211):

não é fácil reflectir, ainda hoje, sobre a questão do lugar da língua portuguesa nos países africanos outrora colonizados por Portugal e a sua relação com as línguas autóctones, designadas línguas nacionais, sem referir a colonização linguística executada através da política colonial do assimilacionismo cultural que, no tocante à língua, promovia a inferiorização das línguas africanas, então consideradas dialectos.

De acordo com Cá (2011, p. 211), “só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, cabooverdianos, guineenses, moçambicanos e sãotomenses, sobre sua história etc.”.

Santos (2010, p. 41) aborda brevemente sobre o lugar da língua portuguesa em Angola e, em especial, seu impacto nas mulheres:

Lembramos que quando éramos crianças os professores batiam em nossas colegas, que tinham acabado de chegar das aldeias e que ainda não dominavam a língua portuguesa, por falarem as línguas nacionais. [...] Atualmente ainda é de extrema importância que se fale bem a língua portuguesa e as mulheres das cidades de fora da capital, Luanda, que não falam bem o português são discriminadas pelo próprio angolano que aprendeu a desvalorizar suas línguas de origem. Falar bem o português é fazer parte de um status social maior que outros e outras.

Sobre a presença e uso da língua portuguesa como um fator de diferenciação social, Mingas (2018) também recorda episódios dos tempos coloniais. Segundo Mingas (2018), os africanos que eram obrigados a usar a língua portuguesa, acabaram recriando e enriquecendo a língua europeia a partir da interação com outros “novos” falantes e o surgimento de neologismos e sonoridades resultantes da interferência de suas línguas maternas africanas. A autora, no entanto, chama a atenção que esse “modo diferente de articular a língua comum foi designado pretuguês, para o diferenciar da fala europeia” (Mingas, 2018, p. 3).

Discorrendo um pouco mais sobre o “pretuguês”, Mingas se coloca como integrante de uma geração de angolanos em que o uso do termo “pretuguês” “tinha uma carga e influência negativas, porquanto provocava um acanhamento instintivo para a utilização de articulações e expressões que, naquela altura como hoje em dia, fazem parte do nosso modo africano de falar português” (Mingas, 2018, p. 3). A autora exemplifica esse falar com estruturas como: i) uso da preposição “em” em vez da preposição “a”: “Ir na escola”; “Ir no hospital”, em vez de, “Ir à escola”; “Ir ao hospital”; ii) uso de termos quimbundo em vez do uso do termo em português: kitanda em vez de mercado; iii) uso de “mas” para indicar tanto a adversativa “mas” como o advérbio “mais” e o adjetivo plural “más”; iv) monotongação de palavras como “beju” e “kitandera” em vez de “beijo” e “kitandeira”.

A partir da descrição e análise linguísticas, Mingas (2018, p. 3-4) afirma que:

Com o desenrolar do tempo, o aprofundamento do nosso conhecimento sobre as línguas portuguesa e africanas, ficou claro que as professoras, por desconhecerem a estrutura das línguas endógenas e o fenómeno de interferência linguística resultante do contacto de duas ou mais línguas diferentes – caso do português e das línguas africanas – racializaram o fenómeno, responsável pelo modo diferente de alguns alunos articularem sons inexistentes nas nossas línguas. Neste cenário desagradável, a língua portuguesa aparece como um espectro ameaçador para os aprendentes porquanto, toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou género dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de pretugúes, o que levava muitos dos estudantes africanos a coibirem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados.

Esse cenário de violência linguística apontado por Mingas e por Santos (2010), quando se refere à condição da mulher na sociedade e a relação com o uso do português, reflete o que podemos definir como duas das dimensões da colonialidade: a do poder e do saber (Maldonado-Torres, 2020). Colonialidade do poder quando temos a evidência de uma inferiorização dos corpos colonizados e, no caso de Angola, corpos negros e a imposição de uma ordem social contrária ao que as comunidades exerciam, como vimos na divisão entre “assimilados” e “indígenas” e o papel da língua portuguesa nesse processo. E colonialidade do saber quando temos a imposição de um conhecimento linguístico europeu em detrimento de uma ecologia linguística completamente diferente. Notemos o apagamento do sujeito angolano em relação aos seus saberes linguísticos e, consequentemente, da própria identidade.

Embora neste texto de 2018 Mingas não faça uma referência explícita ao papel da mulher na promoção desse “pretuguês”, não é difícil fazer uma correlação com o que Lélia Gonzalez (2020) vai discutir em dois textos: “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem

político-econômica” e “Racismo e sexism na cultura brasileira”. Nos dois textos, Gonzalez desenha um panorama da sociedade brasileira focalizando o papel da mulher negra na dinâmica político-social brasileira e seu papel como uma das molas propulsoras de nossa sociedade. Chama a atenção, também, a discussão trazida pela autora em torno do conceito de “pretuguês”.

Ao traçar um panorama do lugar da mulher negra na formação cultural do Brasil e a violência por trás do mito de uma suposta democracia racial, Gonzalez aponta as funções exercidas pela mulher negra ao longo dessa formação cultural: a mulata, a mucama, a doméstica e a mãe preta. Para nosso intuito em apontar a questão linguística, ficaremos com a função da mãe preta:

O que a gente quer dizer é que ela [mãe preta] não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (Gonzalez, 2020, p. 87-88).

Para Gonzalez, a mãe-preta é a responsável pela veiculação de valores para as crianças e, consequentemente, a veiculadora da cultura brasileira. E essa cultura é transmitida pela língua, definida pela autora como “pretuguês”. A cultura brasileira, e a língua “por tabela”, passaria por um processo de africanização. Assim como Mingas (2018) apontou a questão da racialização do falar português pelos angolanos e o desconhecimento por parte de quem tinha o poder das questões inerentes ao sistema linguístico africano, Gonzalez pontua:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexiste. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzalez, 2020, p. 90).

Segundo Gonzalez, portanto, a mãe-preta é a responsável pela promoção desse falar africanizado e que define nossa cultura no Brasil e que, segundo Mingas (2018), também caracterizam o português e o falar dos angolanos. Para Castro (2017), a mulher negra angolana

tem um papel importante no cenário sociolinguístico e no seio da família colonial já que essa mulher era a cuidadora e a ama-de-leite difundindo o vocabulário de base quimbundo e quicongo e que encontramos, por exemplo, ainda em uso em todos os campos semânticos do português brasileiro, mas inexistente em Portugal.

Em seu texto de 2001 – “A contribuição das línguas nacionais na alfabetização/promoção da mulher” – Mingas vai tratar diretamente do papel da mulher na sociedade angolana e a questão das línguas nacionais. Após a Independência de Angola, a língua portuguesa foi tomada como oficial. Para o então presidente Agostinho Neto, “a língua portuguesa - por sua suposta neutralidade - poderia ser usada como bandeira de unificação nacional em um país marcado por heteroglossias, sob o lema de “um só povo, uma só nação” (Severo e Makoni, 2015, p. 45). O novo governo independente inicia a implementação de medidas afirmativas para as línguas locais com a criação, por exemplo, do Instituto de Línguas Nacionais (1978), que tinha objetivos como a descrição dessas línguas, gramatização e divulgação em órgãos oficiais etc., o que não aconteceu de maneira geral.

De acordo com o censo de 2014, 71% da população angolana, em sua maioria, urbana, tem o português como língua veicular; o umbundo seria falado por 23% da população e com 8% de falantes teríamos as línguas kikongo e kimbundu. Conforme apontam Oliveira e Severo (2019, p. 128):

Tais registros estatísticos, contudo, não são representativos da complexidade linguística de Angola, cujas práticas linguísticas extrapolam uma compreensão de língua como unidade nomeada, contada e quantificada. Sabemos que as línguas se misturam, assim como os discursos, em prol da construção de eventos comunicativos.

É a partir dessa ciência da complexidade linguística angolana, e de seu cenário sociolinguístico, e de sua relação com os aspectos sociopolíticos e econômicos que Mingas discorre sobre a promoção da mulher angolana:

[...] a mulher dos meios rurais, a mulher dos bairros periféricos, a mulher, enfim, das camadas mais desfavorecidas. Promoção implica por conseguinte, desenvolver habilidades nessas mulheres, habilidades essas que passam, obrigatoriamente, pela alfabetização. E, se quisermos uma alfabetização eficaz, esta deve ser feita em Línguas Nacionais, pois existe nessas mulheres toda uma vivência social e conhecimento prático feito através das línguas nacionais. Se, utilizando essas línguas, que elas melhor conhecem e reconhecem como suas, conseguirmos levar a essas mulheres o conhecimento científico, torná-las-emos mais aptas para a realização de tarefas ligadas ao desenvolvimento (Mingas, 2001, p. 3).

Conforme apontado por Mingas (2001), a marginalização da mulher angolana ainda estaria contextualizada no imaginário social construído na colonização em que a mulher é subordinada a um sistema de poder masculino, seja no âmbito social ou familiar. Para Mingas, urge a necessidade da mulher reconhecer seus direitos e potencialidades que estariam ligados à alfabetização e, em especial, a partir das línguas nacionais e não apenas do português.

As mulheres em Angola, segundo Mingas, são maioria em termos populacional. Logo, a luta contra a exclusão

passa pela alfabetização, pelo assumir das nossas línguas, porque faladas pela maioria de nosso povo, porque base de sustentação da nossa cultura pluriétnica e plurilingüística, porque meio mais fácil e menos oneroso de aproximar-nos do nosso povo, em geral, e das mulheres em particular (Mingas, 2001, p. 4).

Ao traçar um breve panorama da mulher nos setores formais e informais de trabalho, Mingas aponta que, embora haja um crescente número de trabalhadoras no setor formal, a população feminina ainda se encontra na informalidade. Mingas ainda pontua a questão do papel da mulher no âmbito doméstico de criação e educação dos filhos e trabalhos manuais. A autora chama a atenção para o fato de que investir na promoção da mulher é “igualmente investir na formação/educação da maioria esmagadora das nossas crianças, pois não devemos esquecer que as mães são as primeiras professoras e o elemento da família que mais tempo passa com os filhos” (Mingas, 2001, p. 4). Lembremos da “mãe-preta” discutida por Lélia Gonzalez!

Para Mingas, a alfabetização em línguas nacionais dessas mulheres a margem do sistema formal, auxiliaria na viabilização da alfabetização em língua portuguesa e, consequentemente, a conquista desses espaços pelas mulheres diminuindo a assimetria em relação aos homens. Ainda para Mingas (2001, p. 5), a alfabetização em línguas nacionais é um fator político de engajamento e militância: “a alfabetização em línguas nacionais vai permitir que a aprendizagem das noções que são transmitidas às aprendentes, sejam assimiladas mais rapidamente e que elas possam passar esse conhecimento e a facilidade de aprendizagem a outras menos interessadas, mobilizando-as”.

Essa discussão de Mingas acerca do papel da mulher na sociedade angolana e a urgência de sua promoção a partir da alfabetização e acesso a outros sistemas sociais, políticos e econômicos, enquanto maioria da população, remeteu-me ao que é apontado por Lugones (2020) sobre a colonialidade de gênero. Neste caso, em específico, notamos como a colonialidade,

mesmo num país já independente, moldou o papel da mulher na sociedade angolana e a relação intrínseca com as línguas desse espaço.

Finalizo o texto, mas a discussão não se encerra. Pelo contrário, deixo em aberto a urgência e a necessidade de se olhar para a produção de outras mulheres africanas, das mais diversas áreas de atuação e do saber e compreender como questões de gênero, raça, classe social, geolocalização e outras categorias estão interseccionadas e em diálogo com os estudos linguísticos, como propus neste ensaio.

## Referências

- CÁ, L. O. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 207-224, 2011.
- CASTRO, Y. P. A invisibilidade das línguas negro-africanas no português brasileiro. *Kulambela*, n. 12, v. 4, p. 1-8, 2017.
- COELHO, O. Historiografia Linguística Decolonial. In: LEITE, M. Q.; HACKEROTT, M. M. S.; SIQUEIRA, C. C. (Org.). *Tópicos em Historiografia Linguística: das práticas linguísticas à meta-historiografia*. São Paulo: Edusp, 2023. v. 1, p. 162-175.
- COELHO, O.; FINBOW, T. Apontamentos para uma história linguística transatlântica e descolonizada do português do Brasil: o contato e a diversidade em foco In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (Org.). *História das línguas, histórias da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2020. p. 61-84.
- COELHO, O.; SANTOS, E. F. Macedo Soares, Amélia Mingas e a Historiografia Linguística Transatlântica. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, p. 1-16, 2022.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.75-93.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27-53.
- MATA, I. Epistemologias do “colonial” e da descolonização linguística: uma reflexão a partir de África. *Gragoatá*, v. 24, n. 48, p. 208-226, 2019.
- MINGAS, A. A contribuição das línguas nacionais na alfabetização/promoção da mulher. Workshop sobre Alfabetização e Autonomização da Mulher, Luanda, Angola, 2001.

MINGAS, A. O pretuguês, o português em/de angola – “é o problema que estamos com ele”. Manuscrito. 2018.

OLIVEIRA, H. T.; SEVERO, C. Intelectuais, lutas de resistência e línguas em Angola. *Transversos*, n. 15, p. 127-140, 2019.

SANTOS, E. F. A contribuição de Amélia Mingas para uma história linguística angolana: contextualizações iniciais. *Revista da Abralin*, v. 20, n. 3, p. 574-585, 2021.

SANTOS, V. I. A situação da mulher angolana uma análise crítica feminista pós-guerra. *Mandrágora*, v. 16, n. 16, p. 39-62, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1995.

SEVERO, C.; MAKONI, S. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

ZAU, D. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.